



*Requer a realização de Audiência Pública para discutir as medidas que o governo brasileiro está tomando diante de informações de que extremistas do Estado Islâmico (EI) estariam tentando recrutar jovens em território brasileiro.*

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir as medidas que o governo brasileiro está tomando diante de informações de que extremistas do Estado Islâmico (EI) estariam tentando recrutar jovens em território brasileiro.

1. Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo;
2. Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Carvalho Siqueira.

De acordo com matéria veiculada no jornal O Estado de São Paulo, de 22/03/2015, há rumores de que setores de inteligência do governo brasileiro teriam detectado tentativas de atração de jovens do país pelo Estado Islâmico (EI), para atuarem como "lobos solitários" — pessoas que não integram listas internacionais de terroristas e têm maior mobilidade para realizar atentados isolados em diferentes países.

Esse jornal apurou que o Palácio do Planalto teria recebido relatórios de órgãos diferentes alertando para o problema e que os órgãos de inteligência vêm trocando informações a respeito. De acordo com a referida matéria, a principal preocupação da Casa Civil, responsável pela coordenação das discussões internas sobre a questão, é a Olimpíada de 2016.

Presume-se que, apesar de o Brasil não ter histórico de terrorismo, o interesse do EI é estender o espectro de novos militantes, que hoje está concentrado na Europa, para a América do Sul.

Trata-se de relato grave que precisa, com a devida urgência, ser devidamente esclarecido pelas autoridades competentes – no caso, os convidados citados no cabeçalho deste requerimento: Ministro da Justiça e Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – sob pena de esta Comissão silenciar a respeito do tema que, para além de sua gravidade, se enquadra integralmente em seu campo de atuação: política de defesa nacional, estudos estratégicos e atividades de informação e contrainformação (RICD, art. 32, XV, f).

Ademais, de acordo com matéria publicada pelo jornal “O Globo”, em 03/11/2014, o Brasil recebeu uma advertência do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) - organização intergovernamental que tem a missão de desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao abastecimento financeiro de grupos terroristas - por não se empenhar no combate ao financiamento de organizações terroristas.

Diante dos graves indícios apresentados, e na expectativa de que esta Comissão desempenhe o papel que regimentalmente lhe cabe no esclarecimento dos fatos e na busca de soluções que poupem o povo brasileiro de mais este infortúnio, solicitamos aos nossos nobres pares o apoio necessário para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,     de março de 2015.

**Deputado Rubens Bueno**  
**PPS/PR**

**Deputado Raul Jungmann**  
**PPS/PE**